

RELAÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS DA PARCELA SUL-AMERICANA PERTENCENTE À ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA SOB A PERSPECTIVA NEORREALISTA*

“O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer.”

Albert Einstein

“É triste pensar que a natureza fala e que o gênero humano não a ouve.”

Victor Hugo

GUSTAVO DE ANDRADE ROCHA
Bacharel em Relações Internacionais

SUMÁRIO

Introdução	
Paradigma neorrealista, uma explanação teórica	
Visão reducionista e visão sistêmica	
O neorrealismo e os estudos estratégicos	
Defesa	
Brasil	
Venezuela	
Bolívia e Equador	
Colômbia	
Corrida armamentista Brasil-Venezuela	
Fronteiras I	
Fiscalizações das fronteiras físicas	
Desenvolvimento da integração regional	
Grupos terroristas	
Problemas de fronteiras com causas indígenas e ribeirinhas	
Vulnerabilidade das populações indígenas	
Exploração para fins científicos	
Agosto de 2007	
Raposa Serra do Sol	
Região Amazônica versus projeto de integração sul-americana	
Mercosul, Pacto Andino e OTCA	
Unasul e OTCA	
Crises regionais	
Caso Petrobras na Bolívia	
Caso Odebrecht no Equador	
Considerações finais	

* N.R.: Monografia apresentada o Curso de Relações Internacionais da Faculdade Integrada do Recife – FIR.

INTRODUÇÃO

A Amazônia é um dos três eldorados científicos do mundo contemporâneo¹, juntamente com a Antártica e o fundo dos oceanos². Apesar da existência do Tratado Antártico, ainda vigente³, entendo que seja a Amazônia a única das três regiões que é claramente regulamentada e se encontra sob a soberania de Estados, sendo possível e viável de ser explorada e explorada⁴ com a atual tecnologia disponível para os Estados da região.

A floresta se estende por cerca de 7 milhões de quilômetros quadrados, em sua maior parte por uma vasta planície que não é inundável. Possui um índice pluviométrico médio anual que varia entre 1.500 e 1.700 milímetros⁵. Trata-se da maior floresta tropical do mundo, sendo a segunda maior floresta, ficando atrás apenas da Taiga Siberiana⁶.

Este contexto trás uma série de ameaças à floresta e aos interesses dos países que detêm a soberania do território onde a Amazônia se localiza. Os interesses externos, os conflitos regionais e sociais, os crimes transfronteiriços e o desmatamento são alguns dos que mais se destacam do conjunto de fatos registrados na região.

Como a floresta é uma interseção entre territórios soberanos, há uma identidade comum e uma conexão entre os Estados denominados amazônicos. Por outro lado, também provoca a atração dos interesses de países que não detêm território na região. Estes veem a Amazônia como palco

de pesquisa, visando a buscar alternativas de explorar em benefício exclusivo de sua nacionalidade. O argumento ambiental é usado como pretexto para uma tentativa, de longo prazo, para internacionalizar a região amazônica, com o propósito de tornar legal a exploração e a presença internacional, em detrimento da soberania dos Estados legítimos que a ocupam.

Os conflitos regionais enfraquecem a soberania e, portanto, tornam a Amazônia ainda mais vulnerável às ameaças externas, além de atrasar o desenvolvimento da região, uma peça-chave para fazer essa imensa área econômica e ambientalmente sustentável. São sim uma ameaça à Amazônia, apesar da tradicional postura pacífica dos Estados que a “defendem” até os dias atuais.

Assim como os conflitos regionais, os sociais enfraquecem o poder legal que os Estados amazônicos ali detêm, além de servirem de argumento para os interesses internacionais, alimentados pelo desnível entre os discursos ambientalista e desenvolvimentista. Ambos são extremados e desfavorecem os interesses nacionais, um por ser uma ameaça à floresta e o outro por ser uma ameaça à sustentabilidade social da região.

Os crimes transfronteiriços são um entrave ao desenvolvimento, fortalecido por políticas equivocadas por parte dos Estados. Além de causar conflitos sociais e ser um entrave ao desenvolvimento econômico, esse tipo de crime mostrou que pode ser um catalisador para o surgimento de crises regionais.

¹ BECKER.

² Solo e subsolo marinho, além das plataformas continentais dos Estados costeiros, cuja denominação é “Área” (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito Marítimo – CNUDM).

³ Alterado pelo Tratado de Madri para estar vigente até 2048, quando será rediscutida cada operacionalidade dos seus artigos, como uso do solo e subsolo, soberania etc. (Dec. 75.963/1975).

⁴ Ato de extrair do solo recursos naturais para comercialização. (Nota do autor – Houaiss)

⁵ WWF Brasil.

⁶ Ibidem.

Por fim, há a ameaça do desmatamento, com impacto direto no meio ambiente amazônico, especialmente para a floresta amazônica. É estratégico para o bioma, para os Estados amazônicos e para o mundo que a Amazônia permaneça de pé. Por isso, torna-se necessário criar mecanismos para torná-la sustentável. Como a ameaça em si é um crime, no caso o desmatamento não autorizado, não adianta criar novas leis de repressão. Torna-se imperioso fiscalizar, mas insuficiente quando se trata da Amazônia. A solução é criarem-se alternativas que a tornem mais lucrativa em pé do que derrubada⁷.

Então, como problema, tem-se o papel estratégico da floresta para os países da região amazônica, demonstrando onde estão os principais desafios a serem considerados e quais são os principais valores da região. Por fim, propõem-se soluções para a utilização desses valores em benefício dos Estados que a possuem.

PARADIGMA NEORREALISTA, UMA EXPLANAÇÃO TEÓRICA

Como já foi explicitado no título do presente trabalho, o paradigma escolhido foi o neorrealismo.

Visão reducionista e visão sistêmica

Segundo Waltz, baseado no livro de Sarfati,⁸ existem duas formas de classificar as teorias das Relações Internacionais: reducionistas e sistêmicas. Segundo ele, as teorias reducionistas são aquelas que se baseiam na ideia de que o contexto macro pode ser entendido por meio do estudo dos atributos das partes desse contexto e da relação entre essas partes. “As teorias ex-

plicam os resultados da política internacional por meio dos elementos e das combinações dos elementos localizados no nível nacional ou subnacional; dessa maneira, as forças internas de um país produzem resultados externos e, portanto, o sistema internacional seria apenas o resultado da soma dessas forças”.⁹

As sistêmicas, no entanto, compreendem as razões expostas pelos reducionistas, porém para eles parte do comportamento dos atores das relações internacionais e o resultado de suas interações devem ter suas respostas no ambiente em que estão imersos, ou seja, no sistema internacional. É semelhante ao que fazem os cientistas naturais, que, além de observarem a função exclusiva de, por exemplo, uma molécula, observam sua interação com as demais, tendo, assim, uma visão mais completa sobre o seu comportamento e como esta visão é influenciada pelo que está ao seu redor.

Tendo em vista que este trabalho se baseia no modo sistêmico para analisar as relações estratégicas entre os países da região amazônica, justifica-se a escolha do paradigma neorrealista, já que este introduziu o nível de análise para o sistema internacional como complemento importante da análise do contexto, no qual as organizações internacionais também atuam, e das propriedades do Estado.

No caso da região amazônica, serão levadas em consideração, além da estrutura global existente, também as estruturas regionais e as diferenças de capacidade entre os países. Afinal, faz parte da análise sistêmica não o estudo do “poder” absoluto, mas a comparação entre poderes de diferentes Estados, estabelecendo

⁷ UNGER.

⁸ SARFATI, Gilberto. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.

⁹ Ibidem, 2005, p. 144.

parâmetros de “poder relativo” entre estes. Simplificando, não interessa saber apenas quanto poder militar o Brasil tem, mas qual a sua vantagem em relação à Venezuela ou a da Colômbia em relação à Bolívia, por exemplo.

O conjunto de “poderes relativos” estabelece em si uma ordem, uma estrutura, que será a base para as interações da sociedade de Estados. Também é importante observar como as alterações destes atores podem ou não afetar essa “ordem” fora deles. Segundo Waltz, nem todas as mudanças no interior das instituições estatais modificam o sistema internacional, o que explica que, mesmo tendo radicais mudanças no mundo inteiro, o cenário internacional pouco se alterou durante a história mais recente.

A sociedade internacional só reflete as mudanças que acontecem no interior de algum Estado quando estas modificam a forma com que esse ator se posiciona diante dos demais. Com quem esse mesmo país mantém relações e tensões? A que grupo ele se alinha? Mudanças na forma e nas ações internas do Estado não causam necessariamente esses efeitos. Neste presente trabalho não será realizado um estudo para definir o cenário estratégico da região amazônica, haja vista este objetivo estar muito além dos limites que um trabalho monográfico de graduação permite, em decorrência de ser fruto de um longo e aprofundado processo de estudo, normalmente desenvolvido em cursos de pós-graduação específicos, utilizando a metodologia denominada “Elaboração de Cenários Prospectivos”.

Avaliando o ambiente sul-americano na segunda metade do século XX, vemos poucas mudanças. A maioria delas tomou forma realmente no final do período, com os movimentos antiamericanos ou de autoafirmação, em que alguns países tenderam a buscar novos alinhamentos, como

das regiões em questão, a Venezuela e o Brasil. A Venezuela, por exemplo, apenas deixou o alinhamento com os EUA no início do século XXI, após a chegada ao poder de Hugo Chávez, mas internamente as relações pouco mudaram entre os países amazônicos, já que há uma tradição pacífica nas relações latinas, e também o antiamericanismo comum entre a maioria desses países contribuiu para esse fato. A história recente da Bolívia reforça esta ideia: com Evo Morales, o país abandonou a tradicional postura de país alinhado aos norte-americanos e posicionou-se ao lado de Miraflores.

A maior mudança de posicionamento, novamente usando como exemplo a Venezuela, foi a saída do país do Pacto Andino para candidatar-se, no mesmo momento, a membro efetivo do Mercosul. Pode não parecer uma mudança muito importante, porém, numa análise mais próxima, verifica-se que o país era a maior economia dos Andes e, com sua saída, restou apenas a Colômbia como economia significativa dentro do bloco. Além disso, diferentemente deste último, os dois outros países componentes do bloco são países não alinhados aos EUA, portanto contrários a qualquer aproximação maior com a superpotência.

O neorrealismo e os estudos estratégicos

Quando se trata de analisar o cenário internacional, é necessário observar que os atores serão mais importantes para a análise. A escolha do paradigma também precisa passar por este crivo, pois, como já foi dito antes, cada paradigma funciona como uma lente que registrou diferentes níveis das relações internacionais, o que interfere na observação dos atores. No caso deste trabalho monográfico, os Esta-

dos e as Organizações Intergovernamentais (OI) da região.

Como esta monografia faz uma análise estratégica, cabe então buscar um paradigma que se ajuste a esta visão da realidade internacional. Os estudos estratégicos analisam fatores sob a ótica do Estado, necessariamente compreendendo os demais fatores como complementares para a manutenção deste, tais como o papel de cada OI com jurisdição aceita pelos Estados em estudo. O paradigma neorrealista se encaixa perfeitamente na questão, pois tem o Estado e, especialmente, a sociedade internacional como focos de sua análise. Parafraseando o texto de

Sarfati, empresas transnacionais (ETN), apesar de terem capital e influenciar muitas das vezes tanto ou mais ainda que muitos Estados, não entram no nível de análise neorrealista, ao menos não como atores principais. Primeiro, por não deterem soberania, segundo, e conseqüentemente, por estarem submetidas à ordem jurídica dos Es-

tados e, por fim, não detêm a fidelidade de seus funcionários, como o outro tem de seus cidadãos, pelo menos em tese. O mesmo vale para os demais atores do cenário regional ora em estudo que não são estatais ou constituídos por eles, as OI de alcance regional, tais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o Pacto Andino, a União das Nações Sul-americanas (Unasul) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Em decorrência, o neorrealismo é hoje o paradigma mais aceitável para a análise

estratégica dentro da disciplina de Relações Internacionais. Mas o que ela significa para este trabalho propriamente?

Será notado nos próximos capítulos que a análise estará sempre recorrendo ao Estado. Quando a análise for a respeito, por exemplo, da crise da empresa Petrobras na Bolívia, serão avaliados os efeitos da crise para o Estado boliviano e o brasileiro. Em se tratando da questão de fronteiras da Amazônia, o foco não será o das tribos indígenas, nem das empresas lá instaladas, e sim o dos Estados que detêm a soberania em partes daquela região. Os outros atores serão objetos da análise, porém como atores que estão presenciando e sendo obje-

to de cuidados dos Estados. Por fim, as OI envolvidas são chave nessa análise, junto com a análise comparativa entre os Estados, para termos uma visão sistêmica da região amazônica.

DEFESA

Iremos, neste capítulo, tratar dos fatores político e estratégico-militares dentro dos

aspectos da região amazônica. A importância dessa análise é tamanha que concorreu para a recente reformulação da forma de abordá-la por parte do governo brasileiro. O resultado obtido foi o da concepção da Estratégia Nacional de Defesa (END), decorrente da também recente Política Nacional de Defesa (PND).

A END prevê a integração da defesa nacional com a política externa brasileira, visando a harmonizar os dois principais instrumentos de afirmação nacional no exterior: as Forças Armadas e a diplomacia.

A END prevê a integração da defesa nacional com a política externa brasileira, visando a harmonizar os dois principais instrumentos de afirmação nacional no exterior: as Forças Armadas e a diplomacia

É praticamente inútil a um trabalho de Relações Internacionais tratar apenas da perspectiva brasileira neste capítulo. Portanto, serão apresentados dados sobre a Venezuela principalmente, mas também da Bolívia, do Peru e da Colômbia, outros três atores relevantes para as interações da região.

Não é pretensão criar nenhum tipo de “teoria da conspiração” sobre uma futura crise político-estratégica ou algo próximo a esse conceito acadêmico militar. Será abordado o cenário da defesa regional que influencia na construção de uma governança regional, além de ser feita uma conclusão analítica e, quando possível, crítica da situação.

Defesa regional não é um tema fácil de abordar dentro da disciplina de Relações Internacionais, haja vista a restrição de acesso às informações específicas e também pela reduzida e quase nula abordagem do tema durante o curso de graduação. Talvez por essas razões ainda não exista uma produção nacional significativa sobre defesa regional dentro das instituições civis do País. Devido às dificuldades apresentadas é que este tema ocupará apenas um capítulo dentro da presente monografia.

Brasil

Os países que formam a região amazônica possuem uma política externa de respeito à autodeterminação dos povos e à soberania dos Estados. Portanto, podem ser considerados como de postura pacífica nas suas relações exteriores. Essa imagem é suportada também pelas poucas guerras regionais, conflitos esses que ficaram no passado. Ainda mais o Brasil, que, com fronteiras com tantos países, não registra ne-

nhum conflito na história recente que ultrapasse as fronteiras nacionais.

Até mesmo durante os recentes períodos de ditaduras militares, não houve um enfrentamento entre os países. Considerando a tese de que as democracias são por essência pacíficas¹⁰, o argumento de que a região está em paz é reduzido devido à predominância de governos democráticos ao longo dos últimos 20 anos. Percebe-se claramente a influência de outros fatores, tais como o sistema internacional nas relações entre os Estados, explicada por Waltz¹¹, fatores esses externos à governança que garante a paz na região.

A própria dependência bélica desses países em relação aos Estados Unidos da América (EUA) já foi um dos grandes fatores, especialmente durante o período das ditaduras sul-americanas. Os norte-americanos são acusados de planejar, apoiar e financiar os golpes, e a manutenção dos golpistas no poder. Porém este fator vem diminuindo, principalmente durante os últimos anos, quando, ao encontrar barreiras impostas pelos EUA à negociação de equipamentos e peças de reposição entre Brasil e Venezuela, houve movimentos políticos nos dois países para mudar o parceiro do comércio para equipamentos militares. A Venezuela optou por adquirir equipamentos da Rússia, uma das maiores potências bélicas e com forte perfil comercial para esses tipos de produtos. O Brasil optou por elaborar um plano de desenvolvimento da indústria doméstica neste setor e procurou um parceiro disposto a transferir tecnologia¹² e que estivesse interessado em investir após comercializar equipamentos de alta tecnologia com o País. O parceiro que se mostrou mais próximo dos anseios brasileiros foi a França. Em grande

¹⁰ WALTZ, Theory of International Politics. p. 70-74.

¹¹ Ibidem.

¹² BRETONHA 2008. p. 4.

parte, já foram firmados acordos de cooperação técnico-militar¹³.

Esta busca por novos parceiros empreendida por Brasil e Venezuela tem duas consequências iniciais. A primeira é que há maior independência de ambos os países para construir seu arsenal. A segunda, existe uma crescente tensão, pelo impacto causado em ambos ao adquirirem material bélico de fontes distintas e para diferentes tipos de propósitos. Esta segunda consequência só é verdadeira porque o atual governo venezuelano, presidido pelo Coronel Hugo Chávez, deu grande ênfase às suas Forças Armadas, concorrendo para formar o maior efetivo de tropas da América Latina. O Brasil, a maior potência política e econômica, apesar de ser aliado do

país vizinho, tem com o que se preocupar, haja vista a imprevisível atuação política do líder venezuelano e o fato de já haver registro de violação do espaço aéreo, incluindo pouso clandestino de aeronaves militares venezuelanas em território brasileiro¹⁴.

Além do fator Venezuela, houve também a recriação da IV Frota¹⁵ norte-americana, voltada para o Atlântico Sul. Apesar dos argumentos dos EUA, nas palavras do embaixador norte-americano Clifford

Sobel¹⁶, de que a frota seria apenas uma unidade formada por 120 pessoas com base na Flórida, com propósito de “construir e reforçar parcerias com nações da região” e de que “não teria navios permanentes”, trouxe à tona preocupações ao Brasil em relação a dois fatores político-estratégicos do Estado brasileiro, quais sejam: as reservas de petróleo situadas no subsolo marítimo da plataforma continental brasileira¹⁷, especialmente as localizadas na camada

pré-sal, e os planos de desenvolvimento da Defesa, receando interferências externas na região em que se encontram essas reservas. Estas preocupações já existiam, especialmente pelo interesse dos países ricos no potencial ambiental, hidrográfico, mi-

neral e científico da região.

Dentro da Estratégia Nacional de Defesa constam pontos como dobrar o efetivo das Forças Armadas no território da Amazônia, especialmente em áreas de fronteira e instalação de pontos de vigilância dentro de reservas indígenas e criação de pelotões móveis, alternativa prevista que possui a melhor relação custo-benefício para expansão da capacidade de reação, especificamente do Exército Brasileiro¹⁸. Essas medidas

**Dentro da Estratégia
Nacional de Defesa
constam pontos como
dobrar o efetivo das Forças
Armadas no território da
Amazônia**

¹³ CASTANHEDE. Defesanet. 29 de janeiro de 2009.

¹⁴ MOREIRA. Defesanet. 6 de setembro de 2007.

¹⁵ Conjunto de Navios de Guerra ou Mercante; Esquadra. Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa.

¹⁶ BRASIL, Agência. “Embaixador dos EUA esclarece senadores sobre a IV Frota”.

Disponível em: <http://www.naval.com.br/blog/?p=413>. Acessado em 15 de janeiro de 2009.

¹⁷ “A Plataforma Continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.” Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar.

¹⁸ BRETONHA, 2009.

visam a colocar as Forças Armadas numa posição em que realmente possam cumprir seu papel de defender a soberania do Estado e proteger os habitantes do País, independentemente da origem étnica¹⁹.

É importante observar que o Brasil, mesmo com planos de investir em equipamentos e efetivos de suas Forças, continua a zelar²⁰ pela imagem de país pacífico²¹, construída ao longo da existência do Estado brasileiro e reafirmada no preâmbulo do texto constitucional de 1988²². Contudo, cerca de 90 por cento de todo o orçamento atual é voltado para o pagamento salarial e de benefícios de pessoal (ativos, inativos e pensionistas). O que resta é aplicado em investimentos previstos, com o propósito de atualizar e melhorar a capacidade de defesa e não para atividades imperialistas, visando a uma hegemonia ou dominação. A prova disso é o desenvolvimento de cooperações com os vizinhos da região amazônica, com a América do Sul como um todo e com países de outras regiões do globo. Essas cooperações são um importante instrumento para a preservação da paz por meio da construção de mecanismos concretos de confiança mútua entre os que a realizam.

Um dos pontos de maior destaque é modernizar as Forças Armadas brasileiras. Porém, o que mais torna o ponto destacado é que a modernização não está planejada apenas com comercialização de equipamentos. O principal fator para potencializá-la é o propósito de investir em uma tecnologia militar nacional. Para isso, um complexo industrial militar está sendo planejado. A cooperação

com a França se ajusta às necessidades políticas brasileiras, pois após a compra de equipamentos haverá a transferência da tecnologia, tanto para a manutenção quanto para a fabricação de peças e dos próprios produtos em pauta. Ainda estão previstos investimentos diretos da França no País, como, por exemplo, na empresa Helibras, que negocia com o governo federal a implantação de uma nova fábrica em Itajubá, Minas Gerais. Nesta fábrica deverão ser produzidos helicópteros de médio/grande porte, denominados Super Cougar²³, com capacidade de decolagem com peso máximo de 11 toneladas. Segundo o presidente do Conselho de Administração da empresa, as negociações estão avançadas e os investimentos previstos chegam aos 250 milhões de dólares²⁴.

Ao contrário do que possa parecer, esses investimentos em tecnologia e indústria militar serão benéficos tanto para a defesa brasileira quanto para a economia. Isso porque, além da redução da dependência externa e da diminuição de custos causados pela produção nacional, criam a possibilidade de o País exportar equipamentos de alta tecnologia. Por sinal, o mercado militar é extremamente lucrativo para o País, assumindo que as compras são feitas em escala por Estados. Além disso, investimentos na área da indústria militar geram o desenvolvimento da tecnologia dual, ou seja, uma tecnologia criada para fins militares que acaba ganhando uma finalidade civil, o que beneficia de outra forma a economia do País. É possível observar os benefícios da indústria bélica para as economias de

¹⁹ Está explícita na PND a necessidade de defender todos os cidadãos brasileiros.

²⁰ Na introdução da END, fica explícito o objetivo de zelar pela manutenção dessa “tradição pacífica” construída pelo Estado brasileiro. BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. 17 de dezembro de 2008.

²¹ BRETONHA. 27 de fevereiro de 2009.

²² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Preâmbulo. 5 de outubro de 1988.

²³ Helicóptero de grande porte, originalmente militar, utilizado para transporte de tropa, civis, evacuação aeromédica, para operações de socorro e salvamento etc. Aeronave de fabricação francesa.

²⁴ BARBOSA; KATTATH; OTTA. Defesanet. 22 de fevereiro de 2008.

grandes potências. Nos EUA, possui um papel importantíssimo; para a Rússia, é uma das principais parcelas do Produto Interno Bruto (PIB). Além de diretamente favorecer a balança comercial, contribui para o desenvolvimento do setor tecnológico do País, uma das características que diferenciam os países desenvolvidos dos em desenvolvimento.

Venezuela

Diferentemente do Brasil, a Venezuela optou apenas por mudar o parceiro para o comércio militar, adotando a Rússia como fornecedora de equipamentos militares em substituição aos EUA. Além das compras já realizadas, estão programados mais contratos entre os dois países. Também foram realizadas manobras militares em águas venezuelanas em setembro de 2008, com uma frota russa em conjunto com a Marinha da Venezuela, o que foi interpretado por especialistas como uma resposta à aproximação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) das fronteiras russas e aos exercícios realizados por Brasil, Argentina e Chile em parceria com os Estados Unidos uma semana antes. Também sugere uma forma de demonstração da sua atual capacidade de deslocamento e permanência em longas distâncias e no âmbito global.

A Venezuela é hoje o país que possui os maiores efetivos absolutos. Isto se deve à política do atual governo de priorizar suas Forças Armadas. Também é um dos países que mais investem proporcionalmente ao

PIB em suas Forças Armadas e em ações no campo da defesa.

Segundo Roberto Godoy, editor do jornal *O Estado de S. Paulo* e reconhecido especialista em armamentos e estratégias militares, os EUA teriam até alertado o Brasil sobre a política militar de Hugo Chávez. Diz que os Estados Unidos enxergam a existência de uma corrida armamentista entre Brasil e Venezuela. Este foi o motivo pelo qual os Estados Unidos vetaram a exportação de 36 aviões brasileiros²⁵ para a Força Aérea venezuelana.

É fato conhecido no meio político e militar internacional que Hugo Chávez vem realmente colocando em prática um plano de modernização da sua tropa. Para a Marinha, o plano envolve a compra ou a revitalização de 138 navios militares de diversos tipos, porém não especificados. A comissão militar da Venezuela na Rússia também admite estar avaliando a compra de três novos submarinos russos da classe *Amur*, versão para exportação do Submarino *Lada*²⁶. Outro fato intrigante recente foi a aquisição de 100 mil fuzis russos Kalashnikov, mais especificamente da versão Ak103, última versão do famoso Ak47²⁷, concretizada em 2006, durante um longo período de preços altos do maior produto de exportação do país, o petróleo. Porém, mesmo com o barril de petróleo em baixa, continua realizando negociações e compras, chegando até a tomar um empréstimo estimado em 1 bilhão de dólares da própria Rússia para adquirir equipamento militar²⁸. Essa conduta demonstra, para o governo do país, mesmo em crise, que a necessida-

²⁵ Modelo ALX Super Tucano, Embraer. Reuters. 11 de janeiro de 2006.

²⁶ Este submarino possui um motor a diesel e dois geradores elétricos, autonomia de 10.800 quilômetros a 8 nós de velocidade, porém sua velocidade máxima é de 21 nós, além de poder submergir até 250 metros. (Site Área Militar)

²⁷ NOVOSTI. "Rússia vende 100 mil Kalashnikov para a Venezuela". Inforel, 19 de maio de 2006.

²⁸ AFP. "Moscou empresta 1 bilhão de dólares à Venezuela para compra de armas russas". Moscou, 25 de setembro de 2008.

de de aquisição de armamentos é superior às dificuldades econômicas.

Com base nas pretensões de compra de blindados terrestres russos, os EUA elaboraram um relatório em que preveem que a Venezuela está pretendendo elevar o número de soldados para 500 mil militares regulares e 1 milhão de milicianos²⁹, em decorrência da compra de 800 veículos anfíbios de fabricação russa, que seriam somados aos 400 já existentes.

O discurso de Hugo Chávez sempre resalta os males do imperialismo norte-americano e a necessidade de o país manter-se independente. As ações do governo no campo da defesa não fogem da lógica do Presidente (que não pretende atacar militarmente os EUA), mas demonstram sua preocupação em manter-se livre das interferências norte-americanas. Entretanto, por meio da parceria venezuelana com a Rússia, existe uma nova dependência econômica, no campo da defesa e da tecnologia nuclear. Os fatores que levaram a esta dependência foram as negociações de compras de equipamento e o efeito da crise mundial sob o preço do petróleo³⁰. Em troca de vender equipamentos militares para a Venezuela, a Rússia espera que o parceiro seja um aliado para a ampliação de sua influência na América do Sul. Além disso, devido aos efeitos da crise no preço do petróleo, a Rússia emprestou cerca de 1 bilhão de dólares para que o país sul-americano arque com os valores referentes aos acordos de compra dos equipamentos militares³¹.

Apesar disso, até o momento não há mal para a integração regional, nem uma crise armamentista entre a Venezuela e seus vizi-

nhos mais poderosos. Porém o temor existente é que, devido às pretensões já declaradas por Chávez, este venha a intervir em vizinhos. Dois motivos se destacam: quando entender que não haverá interferências de países mais fortes que ele, seja para auxiliar governos aliados, seja para facilitar ascensão de novos partidários em outros países, ou mesmo para criar uma área de influência na América Latina e no Caribe nos moldes soviéticos, porém em menores proporções.

Nenhuma dessas ideias é avaliada como impossível ou mesmo improvável, haja vista ser consenso a ausência de limites com que o governo venezuelano aparentemente trabalha. Porém, neste exato momento, qualquer ato mais ousado é inviável devido à crise econômica global vigente e a consequente baixa no preço do petróleo (as repercussões dessa crise na região serão analisadas em capítulos posteriores), que reduz ou mesmo anula o anterior *superavit* financiador das políticas chavistas.

Bolívia e Equador

A Bolívia e o Equador são dois países com populações reduzidas e, sendo assim, seu potencial militar é também bastante limitado. Segundo o *The CIA World Factbook*, a população boliviana é estimada em 9,2 milhões de habitantes e a do Equador em quase 14 milhões de habitantes. Há aproximadamente 196 milhões de habitantes no Brasil, 45 milhões na Colômbia e 26,4 milhões na Venezuela. Esses números não chegam a ser relevantes, porém significam dizer que seu papel é secundário nas relações de força da região. As atitudes dos presidentes e a cobertura da mídia nos

²⁹ “Milícias são tropas auxiliares de segunda linha. A primeira linha são as forças coercitivas formais do Estado”. As milícias e a fata de Estado. OLIVEIRA, Adriano; ZAVERUCHA, Jorge. 26 de fevereiro de 2007.

³⁰ STRATFOR. Rússia: Getting ahead of the U.S. Power Shift. 17 de novembro de 2008

³¹ STRATFOR. Geopolitical Diary: Russia's Dalliance with Venezuela. 26 de setembro de 2008.

mostram que os governos de Evo Morales, na Bolívia, e de Rafael Correa, no Equador, demonstram ser aliados ao atual governo venezuelano, sem nenhuma pretensão de discrição. Assim, Chávez tem utilizado esta “fidelidade” de seus aliados para promover seu estilo de política também fora de seu âmbito nacional e apregoar uma tão falada integração bolivariana.

Numericamente, apesar de a Venezuela possuir o maior efetivo da região, é fácil perceber que seu potencial de mobilização não é tão maior. Por isso, é de fundamental importância não permanecer em um posicionamento isolado em caso de algum conflito. E é neste ponto que entra o principal papel atual destes dois países. Além de defenderem seus próprios territórios, servem como um braço para as ações do governo “bolivariano”.

Colômbia

A Colômbia é um dos países da região amazônica que enfrenta o pior conflito interno, a guerra civil contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Porém, graças ao apoio norte-americano, o Exército colombiano é um dos mais modernos e bem treinados de toda a América Latina.

Como já foi dito no tópico anterior, a Colômbia tem a segunda maior população da região amazônica, com aproximadamente 45 milhões de habitantes. Isso dá um potencial de mobilização enorme. Estima-se que 8 milhões de homens e 9 milhões de mulheres entre 16 e 49 anos de idade estejam em condições de ser convocados para as Forças Armadas em caso de guerra.

No segundo dia do mês de julho, o Exército colombiano deu uma demonstração da efetividade de seu treinamento capturando

de vários membros das Farc e resgatando reféns, entre eles a já famosa Ingrid Bittencourt (agora favorita às eleições presidenciais), com a participação direta do Exército Brasileiro³². Já em 25 de janeiro de 2009, também com o apoio do Exército Brasileiro e da Cruz Vermelha, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia entregaram mais quatro reféns.

Houve também, recentemente, um evento desconfortável, no qual, durante um ataque a um acampamento dos guerrilheiros, caças teriam ultrapassado os limites da fronteira com o Equador. O ataque foi bem-sucedido se considerarmos o objetivo. Porém, estrategicamente, causou uma ruga nas relações com o vizinho e quase levou a atos de guerra, graças também à influência do Presidente Chávez, que acabou incitando o colega equatoriano.

O Brasil e a OEA tiveram um papel fundamental para evitar a escalada do conflito na região. Porém foi necessário envolver países externos, entre eles os EUA. Após este evento, foi idealizado o Conselho Sul-Americano de Segurança, o que poderia não ter sido necessário se a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) tivesse sido acionada como um fórum para o debate entre nações vizinhas que compartilham interesses e identidades em comum. Este ponto será tratado em capítulo específico mais à frente.

Corrida armamentista Brasil-Venezuela

Está havendo um aumento no investimento bélico nos dois países, que são as maiores potências político-militares da região³³. Também há uma corrida tecnológica, haja vista a percepção da existência de uma

³² O Exército Brasileiro participou das operações por meio da concessão de helicópteros militares com a insígnia da Cruz Vermelha e de 17 homens que atuaram dando apoio logístico à operação.

³³ LESSA.

clara tendência dos EUA de interferir na política militar quando se dependia deles.

Parece que o Brasil ainda não se apercebeu do que está ocorrendo ao norte, quando, movido pela abundância dos petrodólares, Chávez promove pesados investimentos em armamentos sofisticados, gerando uma corrida armamentista e uma nova realidade político-militar na América do Sul. (LESSA. *Perigo Venezuelano*.)

Agora seguindo distintos caminhos, com diferentes parceiros, começa a surgir uma disputa entre os dois países. Sequencialmente anunciam cooperações, acordos, compras. E neste ponto é amplamente aceito que a Venezuela partiu na frente nesta “corrida”, porém o Brasil começa a dar passos mais sólidos em direção a um futuro bélico autossustentável³⁴ e até, quem sabe, lucrativo para o País. Isto devido à transferência tecnológica prevista como prioritária na END³⁵ e que se tornou requisito na escolha do parceiro para o comércio de armas³⁶.

Do lado brasileiro, existe uma fraqueza estratégica que começou a ser corrigida, mas que ainda permanece nos altos escalões do Executivo. As nossas fronteiras amazônicas são longas e também desprotegidas, principalmente ao longo das reservas indígenas e ambientais. Apesar do efetivo das Forças Armadas na Amazônia ter sido recentemente duplicado, ainda continua existindo um *deficit* entre o espaço a ser vigiado e o efetivo para proteger aquela região. As reservas indígenas agora vão conter postos de guarda, o que tornará esses espaços menos frágeis, graças a uma nova medida do Poder Executivo

que permite tal ação. Antes a presença militar em reservas indígenas não era regulamentada, sendo, portanto, restrita.

Para a Venezuela também existe essa dificuldade. Porém a extensão das fronteiras do país não é tão grande quanto a brasileira. A própria extensão daquele país é bem menor.

Enquanto a Venezuela possui fronteiras numa extensão total de 4.993 km, as do Brasil têm 46.885 km. Compartilham entre si 2.200 km, quase metade do total venezuelano. A costa da Venezuela resume-se a 2.800 km, enquanto a do Brasil estende-se por cerca de 8.500 km³⁷. A extensão territorial também é totalmente díspar. A Venezuela tem aproximadamente 910 mil km², enquanto o Brasil possui aproximadamente 8,5 milhões. Basta observar a extensão de cada uma das costas para ver o tamanho da área para cada uma das duas Marinhas defender. Apenas para comparação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Amazonas tem aproximadamente 1,5 milhão de km², mais do que a própria Venezuela. Isso mostra que o Brasil tem um desafio muito maior à sua frente, quando se refere à sua política de defesa; porém, apesar de tardar em rever sua Estratégica de Defesa Nacional, ainda é o país mais forte da América do Sul e da Amazônia, e continuará a ser se cumprir o plano aprovado em dezembro de 2008.

Considerando o tamanho das Forças Armadas venezuelanas em relação ao seu território, a conclusão é que suas fronteiras estão bem mais guardadas.

Segundo o contra-almirante da reserva Antonio Ruy, em entrevista ao jornalista Wilson Tosta³⁸, a recomposição de equipamentos feita atualmente pelo Brasil irá

³⁴ BRETONHA. 16 de fevereiro de 2008.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ CASTANHEDE. *Folha de São Paulo*. 29 de janeiro de 2008.

³⁷ Explorando o Ensino, Unidade 8. p. 40.

³⁸ *O Estado de S. Paulo*. Wilson Tosta. “Analistas veem maior poderio militar”. 26 de janeiro de 2009.

manter a atual capacidade, porém as compras que estão programadas a longo prazo, destacando-se a do submarino nuclear, elevarão, segundo ele, o Brasil ao nível de potências como Espanha e Itália, equilibrando a balança entre o já desenvolvido *Soft Power*³⁹ e o Poder Militar brasileiro.

FRONTEIRAS I

Para compreender como as relações estratégicas se dão em qualquer região do mundo, é fundamental ter em vista o modo como elas se desenvolvem nas fronteiras. Dentro deste escopo, é preciso observar se existem conflitos, disputas territoriais, sobreposição de territórios ou até mesmo lacunas na demarcação das linhas de fronteiras e como estes desentendimentos repercutem nas relações regionais.

Durante a transição para o século XX, ocorreram disputas entre Brasil e Bolívia pela região do atual estado brasileiro do Acre e, mais recentemente, entre Peru e Equador, em meados do século XX, além de outros tantos conflitos. Porém, no atual contexto, é interessante ampliar o conceito de fronteiras para compreender melhor os problemas envolvidos. Não é mais possível apenas estudar as fronteiras físicas dos países; estas já estão bem visíveis e conhecidas. Como é possível observar na ilustração 1, apesar da transnacionalidade da Bacia Amazônica e da floresta, as fronteiras nacionais são bem definidas. É necessário que este conceito englobe as fronteiras virtuais, ou seja, as áreas onde o alcance do Estado é menor, à beira de sua influência. Este conceito é do próprio General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas⁴⁰. Os problemas de fronteira são inúmeros, po-

rém os mais relevantes para as relações estratégicas da região amazônica são os relativos aos grupos terroristas e ao comércio ilegal por eles promovido, que acabam influenciando nas relações entre os Estados. Vale observar o aspecto positivo decorrente, qual seja, a necessidade do diálogo com o objetivo de dificultar suas práticas. Os ilícitos citados são tráfico de drogas, contrabando, tráfico de armas, de animais e plantas, além do tráfico de seres humanos.

Ilustração 1



Atualmente, o tráfico de drogas tem sido o mais comentado dentre os tipos de comércio ilegal. Esta também é a modalidade mais forte hoje na região, pois financia grupos armados, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), uma das grandes produtoras e fornecedoras mundiais de cocaína da atualidade. Porém,

³⁹ Habilidade de um corpo político para influenciar indiretamente o comportamento ou interesses de outros corpos políticos por meios culturais ou ideológicos. Nye, 2004.

⁴⁰ AMORIM. Defesanet. 28 de setembro de 2005.

os mesmos atores que fazem do tráfico de drogas uma preocupante realidade para a Amazônia também movimentam o tráfico de armas, em geral como consumidores⁴¹.

A falta de fiscalização do lado brasileiro e o extenso território ocupado pela floresta amazônica, que dificulta a movimentação de pessoal e equipamento, facilitam a penetração dos traficantes pelas fronteiras com intuito de entrar no Brasil e, por meio deste, distribuir para outras partes do mundo⁴².

Neste ponto fica mais visível a questão das fronteiras virtuais. É possível que as Forças Armadas brasileiras ocupem as fronteiras físicas que circundam o território amazônico nacional, visando a impedir uma invasão. Porém esperar delas que representem o Estado por toda a vasta Amazônia brasileira torna-se uma tarefa bem mais difícil⁴³.

O número de estratégias possíveis visando a passar pela fiscalização aduaneira é praticamente ilimitado para os traficantes. Os meios de transporte são variados, tais como a utilização de pequenos aviões de um ou dois motores, passando por pequenas embarcações e até mesmo por estradas, quando disponíveis. Na realidade, empregam vários meios simultaneamente, dividindo o objeto do tráfico em pequenas quantidades. Vale destacar que o meio aéreo foi dificultado devido ao novo procedimento para interceptação de aeronaves no lado brasileiro⁴⁴ e à maior distribuição de embarcações da Marinha e da

Polícia Federal⁴⁵ nos principais pontos focais da Bacia Amazônica com o mesmo propósito. A sensação de que o Estado não está presente facilita aos habitantes serem seduzidos e/ou coagidos por traficantes a cooperar⁴⁶. A mídia tem noticiado nos últimos dias que os meios mais usados seriam “mulas”⁴⁷, que, embarcando em voos comerciais, atravessam a fronteira seca. Tanto no primeiro quanto no segundo caso são difíceis de localizar e identificar, devido ao número de possibilidades de rota e à pequena quantidade da mercadoria ilegal transportada⁴⁸. Porém não é apenas o meio de transporte das drogas realizado que é relevante, mas também as repercussões na política regional do fato de haver tráfico ilegal e o que ele prejudica diretamente aos Estados.

É preciso que o Estado ocupe a Amazônia de outras formas. É fundamental que o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e os órgãos do âmbito federal estejam de fato atuando em conjunto na região. Tal conduta concorrerá para que o Estado brasileiro seja de fato representado, desafogando as Forças Armadas para atuarem com maior intensidade nas suas funções primordiais previstas na Constituição e para as quais estão preparadas, como é possível observar no mapa da Ilustração 2.

⁴¹ BBC. “Entenda o que são as Farc.” 19 de dezembro de 2008.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ Acordo bilateral firmado entre Brasil e Colômbia permite que, em caso de missão de combate ao tráfico de drogas, as aeronaves militares possam ultrapassar até 50 quilômetros no território vizinho.

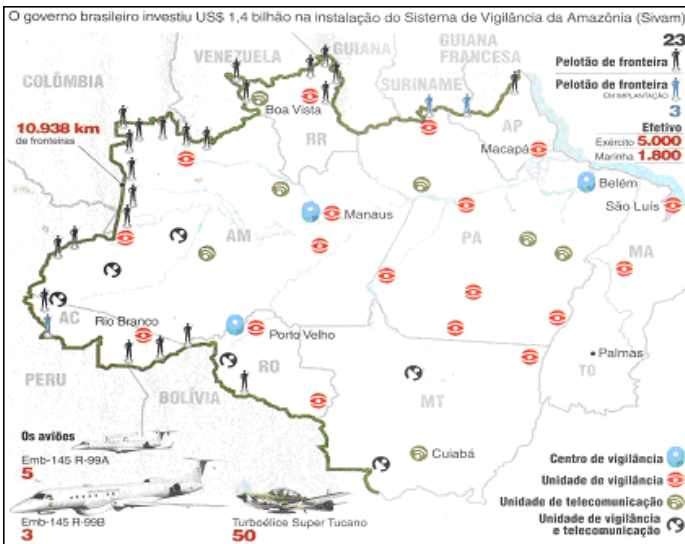
⁴⁵ BRASIL, Marinha do. Disponível em: <www.mar.mil.br>. Acessado em 10 de março de 2009.

⁴⁶ *Folha de São Paulo*. “Polícia brasileira diz que as Farc recrutam índios na Amazônia”. 3 de outubro de 2003.

⁴⁷ Palavra utilizada para definir pessoas contratadas apenas para transporte de mercadoria ilegal mediante pagamento, chantagem e/ou ameaça. TOURINHO NETO. Jurisprudência TRF. 19 de dezembro de 2005.

⁴⁸ Reuters. “Combate ao tráfico”. 3 de março de 2009.

Ilustração 2



Hoje, além das atividades de defesa, as Forças precisam trabalhar para garantir às populações mais isoladas uma melhor qualidade de vida, principalmente suprimindo carências na área da saúde e auxiliando com educação e transporte de suprimentos. Essa ausência dos órgãos civis do Estado é um problema de grandes proporções apenas do lado brasileiro, já que os territórios menores dos vizinhos são mais densamente habitados⁴⁹.

Segundo consta na nova Estratégia Nacional de Defesa (EDN), apresentada ao Presidente Lula em 17 de de

“O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defe-

sa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.”

(BRASIL. Estratégia de Defesa Nacional. Ministério da Defesa e Secretaria de Assuntos Estratégicos. Brasília, 17 de dezembro de 2008)

Também há a questão da fronteira do desenvolvimento. A Amazônia é a chave para o desenvolvimento regional para a América do Sul como um todo. Lá, o Brasil faz fronteira com sete países⁵⁰. Os ilícitos e as instabilidades políticas e econômicas são sim barreiras, mas não podem impedir que a região amazônica cumpra seu papel de ser um dos centros dinâmicos do “mundo latino”. É fundamental que o Brasil, como maior país em todos os sentidos, dê dinâmica à sua parcela que está localizada na região⁵¹.

**A Amazônia é a chave para
o desenvolvimento regional
para a América do Sul
como um todo. Lá, o Brasil
faz fronteira com sete
países**

Fiscalizações das fronteiras físicas

As fronteiras secas da região amazônica não são fáceis de monitorar devido a sua extensão e sua densa cobertura vegetal. Sem a organização de uma estrutura conjunta, o controle se torna ainda mais difícil.

⁴⁹ AMORIM. Defesanet. 28 de setembro de 2005.

⁵⁰ UNGER. “Projeto Amazônia: Esboço de uma proposta”. A Defesa Nacional. Número 811, p. 3-5.

⁵¹ Ibidem, p. 8 e 9.

Em todos os outros países o problema não é tão complicado quanto no Brasil, que tem a maior extensão de território dentro da floresta amazônica e também a maior extensão de fronteira seca dentro da região, somando-se todas as fronteiras, da Guiana Francesa até a Bolívia, só não fazendo fronteira com o Equador. Também existe uma complicada e longa fronteira marítima ao longo da costa amazônica, sendo um dos poucos países que possui costa em área da floresta, assim como Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Os demais possuem seus percentuais de florestas localizados no interior de seus territórios, afastados da região costeira. Vale salientar que a projeção da foz do Rio Amazonas sobre o Atlântico Sul ocorre em águas jurisdicionais brasileiras. Em decorrência, esse ponto focal de alto valor estratégico é localizado dentro do nosso mar territorial, onde a soberania é garantida pelo Direito Marítimo⁵². A presença do Estado costeiro é representada

pela Marinha em todas as parcelas dos espaços marítimos adjacentes à costa por meio de navios-patrolha sediados em Belém e de navios-patrolha fluviais sediados em Manaus.

Dentro do Plano Amazônia Protegida, já aprovado pelo Presidente, foram propos-

tas medidas para aumentar a presença e o poder de reação do Exército, entre elas a de duplicar o número de Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) na Amazônia ao longo da próxima década, construindo 28 desses PEF em áreas indígenas de fronteira.

Desenvolvimento da integração regional

Dentro do Plano Amazônia Protegida, já aprovado pelo Presidente, foram propostas medidas para aumentar a presença e o poder de reação do Exército, entre elas a de duplicar o número de Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) na Amazônia ao longo da próxima década, construindo 28 desses PEF em áreas indígenas de fronteira

O primeiro elemento que devemos levar em consideração quando falamos em desenvolvimento e integração está inserido no campo geoestratégico, qual seja, a região onde está localizada a maior floresta tropical do mundo. Isso provoca repercussões poderosas, e imediatamente são levantadas dúvidas sobre os reais benefícios do desenvolvimento e da integração⁵³.

O que é preciso ter em mente, como disse o General Villas Boas, é que não é possível competir com a agricultura se não encontrarmos meios de tor-

nar a floresta lucrativa e sustentável simultaneamente⁵⁴. O extrativismo é sim uma saída econômica, assim como o turismo sustentável e o desenvolvimento da indústria de uma forma que a região possa se desenvolver sem agredir a floresta⁵⁵. Todas es-

⁵² A Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar normatiza os espaços marítimos de Estados costeiros, dentre eles o Mar Territorial. (Nota do autor)

⁵³ Ibidem, p. 3 e 4.

⁵⁴ AMORIM. 28 de dezembro de 2008.

⁵⁵ UNGER. "Projeto Amazônia: Esboço de uma proposta". A Defesa Nacional. Número 811, p. 4-8.

sas alternativas têm sua aplicação na região, e é importante coordená-las corretamente para que a floresta se torne mais lucrativa de pé do que derrubada. Apenas quando isso acontecer ela será economicamente viável e, ao mesmo tempo, ambientalmente sustentável⁵⁶.

A integração da região amazônica ao resto do País é o maior argumento para justificar os investimentos necessários. Além de ser a chave para o crescimento do País, nas palavras do ministro Mangabeira Unger, é “uma segunda chance para a construção de uma nação de vanguarda”⁵⁷. Essa integração da região amazônica ao resto da economia passa também pela integração regional da Amazônia internacional. Esta segunda integração tornará a Amazônia mais atrativa aos investimentos privados, visando aos mercados vizinhos.⁵⁸

Utilizando a lógica da END, é impossível ter uma profunda integração entre os países da região amazônica se não houver desenvolvimento econômico e científico na região, o que é totalmente condizente com as ideias defendidas pelo ministro Mangabeira Unger.

Como foi dito antes, na introdução deste capítulo, o Brasil é a chave desse desenvolvimento regional. Como maior país da região amazônica, tem como papel fomentar e incentivar formas de integração duráveis e de desenvolvimento sustentável, e isso não será feito por meio de ações paternalistas em relação às suas populações indígenas. É um ato brasileiro de valor político-estratégico que serve como exemplo e estímulo para ser seguido pelos Estados vizinhos amazônicos.

Não que seja difícil encontrar meios sustentáveis de desenvolvimento econômico na região, haja vista o interesse internacional pelas riquezas que estão presentes *in loco* na Amazônia, desde o potencial para exploração do ecoturismo até o valor material e imaterial dos recursos naturais que podem ser aproveitados, de forma sustentável, sob fiscalização do governo brasileiro⁵⁹. O Brasil, que possui dois de seus maiores estados dentro da Amazônia Legal, também composta pelos demais estados da Região Norte e por uma parcela ao norte do estado de Mato Grosso, é também o país que mais tem negligenciado a região amazônica. Porém, o pouco que tem sido feito por meio da Zona Franca de Manaus e da mineração no Pará reforçam o potencial econômico da região⁶⁰.

Grupos terroristas

Dentre os grupos que promovem a guerrilha na América, os dois principais estão na região amazônica. As Farc e o Sendero Luminoso (grupo que atua no Peru desde as últimas décadas do século XX e que voltou à ativa em 2005) são dois grandes entraves para o desenvolvimento da integração regional e promovem diversos tipos de ilícitos que aumentam a violência e a instabilidade da região amazônica⁶¹. Poderíamos aqui citar outros grupos, como, por exemplo, o Tupamaros, porém estes tiveram maior relevância no passado, não sendo no atual momento uma ameaça latente.

Ambos começaram como grupos revolucionários, o primeiro marxista e o segun-

⁵⁶ Ibidem, p. 5.

⁵⁷ Ibidem, p. 9.

⁵⁸ Ibidem, p. 5.

⁵⁹ Ibidem, p. 4 - 8.

⁶⁰ Ibidem, p. 5 e 6.

⁶¹ DANTAS. “Sendero volta a ativa”. Defesanet.

do maoísta⁶². Porém logo partiram para estratégias de ação que os distanciam da condição de grupos revolucionários. Agindo por meio de atentados terroristas⁶³, sequestros, tráfico de drogas e de armas, estes grupos há muito saíram da categoria de guerrilheiros e revolucionários, ou até mesmo de grupo separatistas.

Segundo o “projeto de declaração”, proposto na Cúpula Mundial de 2005 e defendido pelo ex-secretário das Nações Unidas Kofi Annan, os Estados declaram que constitui um ato de terrorismo “todo o ato cometido com intenção de causar a morte ou ferimentos graves a civis ou não combatentes, quando o objetivo deste ato, pela sua natureza ou contexto, é intimidar uma população ou pressionar um governo ou uma organização internacional a fazerem algo ou a absterem-se de o fazer”⁶⁴.

Segundo Carlos Ilich Santos Azambuja:

“O terrorismo é uma forma de propaganda armada. É definido pela natureza do ato praticado e não pela identidade de seus autores ou pela natureza de sua causa. Suas ações são realizadas de forma a alcançar publicidade máxima, pois têm como objetivo produzir efeitos além dos danos físicos imediatos. Em toda a sua existência, a ONU não conseguiu obter um consenso para uma definição do que é terrorismo.”

(AZAMBUJA. 8 de julho de 2008. Disponível em <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/07/424043.shtml>>)

Conforme essas duas definições, a atuação de ambos os caracteriza como grupos terroristas. Entretanto, devido à falta de consenso, líderes políticos mundiais os tratam de formas diferentes em seus discursos, de acordo com seus interesses.

Devido a essa falta de consenso, até mesmo o crime organizado brasileiro já poderia se encaixar nesses termos, exceto pela falta de cunho político de suas ações. O próprio Presidente brasileiro defende a tese de que são terroristas⁶⁵.

O Sendero Luminoso, recentemente renascido, utiliza a tática de ‘catequizar’ jovens camponeses para fazer parte da ‘guerra popular’. Sua atuação é maior nos departamentos *cocaleros* do Peru, utilizando a floresta amazônica como meio de camuflagem e para facilitar sua movimentação. As Farc tiveram um grande papel no ressurgimento daquele grupo, assim como nos casos dos demais grupos guerrilheiros sem expressão nascidos durante o século XX na Venezuela, no Equador, na Bolívia, na Guatemala e no Chile⁶⁶.

O fracasso das políticas norte-americanas de substituição das plantações de coca tem dado força aos argumentos do Sendero. Utilizam a insatisfação e a situação de pobreza que os camponeses estão vivendo como armas de convencimento⁶⁷.

Foi exatamente em 2005 que o Sendero Luminoso voltou à ativa, quatro meses antes das eleições do país, exigindo que o então Presidente Alejandro Toledo decretasse uma política de ‘tolerância zero’ para tentar estabilizar o país. Tal exigência demonstra o peri-

⁶² Movimento político de cunho socialista inspirado pelo líder da revolução chinesa, Mao Tsé Tung. BOBBIO. Dicionário de Política, p. 734 - 737.

⁶³ Ações violentas de cunho político contra civis. BOBBIO. Dicionário de Política, p. 1.242 e 1.243.

⁶⁴ Ata da Cúpula Mundial de 2005. 7 de agosto de 2005.

⁶⁵ GLOBO, O. “Lula: onda de terrorismo no Rio não é crime comum, é terrorismo”. Luiz Claudio de Castro. 1ª de janeiro de 2007. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/01/01/287254604.asp>>

⁶⁶ DANTAS. “Sendero volta à ativa”. Defesanet.

⁶⁷ BRETONHA. “Sendero Luminoso, ascensão e queda de um grupo guerrilheiro”. Defesanet.

go que essas organizações representam à democracia e também às relações regionais⁶⁸.

Uma consequência de tal ameaça é a fuga de investimentos do país, tanto pela instabilidade política e econômica em si quanto pelos prejuízos humanos e financeiros que as ações desses terroristas podem causar diretamente por meio de sequestros e extorsões.

Com exceção das Farc, nenhum outro grupo chegou ao ponto de controlar uma grande parcela territorial de seu país. Porém, esse grupo da Colômbia chegou a controlar um terço do seu território. Mesmo com todo o apoio financeiro, tecnológico e tático dos EUA ao governo colombiano, o sucesso das Farc é indiscutível e assustador.

Ocupando territórios de floresta próximos às fronteiras, as Farc são difíceis de serem localizadas. Utilizando as limitações das Forças Armadas nacionais em relação às fronteiras, penetram em territórios vizinhos com frequência, normalmente visando ao seu refúgio dos ataques a elas empreendidos.

Em novembro de 2007, houve uma ação ofensiva da Força Aérea Colombiana ao acampamento das Farc que estava localizado em território equatoriano. Apesar de o ataque ter sido bem-sucedido, houve um sério problema diplomático envolvendo os dois países devido a esse ataque⁶⁹. Com a violação do espaço aéreo equatoriano por aviões militares colombianos, seguida pelo ataque ao solo que resultou na destruição do acampamento, tais atos, em claro desrespeito aos preceitos fundamentais do Direito Internacional, provocaram a insatisfação imediata do governo do Equador. Vale registrar o agravamento do incidente pela rivalidade atual entre os governos da

Colômbia, alinhado aos Estados Unidos, e dos países identificados com a ideologia populista de Hugo Chávez⁷⁰. Este, por meio de seus já famosos discursos, colocou ainda mais argumentos à mesa favoráveis à escalada da crise diretamente para um conflito armado, ao menos em público.

Essa crise, sem sombra de dúvidas, não foi a primeira nem será o último caso em que o grupo narcoguerrilheiro ultrapassará fronteiras para fugir dos ataques das Forças Armadas de seu país. Tais fatos demonstram que será pouco provável acabar com essa ameaça se não houver um aprofundamento da integração desses países em nível político-estratégico, especificamente nas pastas da Defesa e da Justiça de cada um desses Estados⁷¹.

PROBLEMAS DE FRONTEIRAS COM CAUSAS INDÍGENAS E RIBEIRINHAS

Neste capítulo serão abordados os problemas de fronteiras ligados às políticas nacionais relativas aos indígenas e às populações ribeirinhas, as revoltas e repercussões das relações socioculturais e científicas para com as populações nativas da região. Como é possível observar no mapa da ilustração 3, uma grande parte das populações indígenas ocupa espaços de fronteira, uma área de elevado valor estratégico para o País.

Esse é o problema mais peculiar da Amazônia entre todos os outros estudados neste trabalho, porque em nenhuma outra região da América, talvez do mundo, existem tantas populações nativas ou um caso tão faraônico de migração organizada pelo Estado. A

⁶⁸ DANTAS. "Sendero volta à ativa". Defesanet.

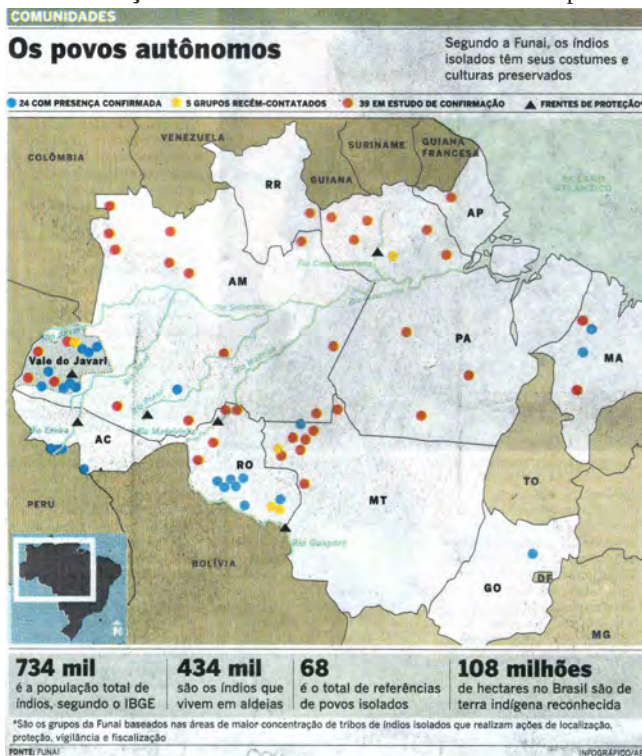
⁶⁹ MENEZES. Colômbia e Equador: Sinopse de uma guerra que não existiu.

⁷⁰ Ibidem.

⁷¹ DOMINGOS. "Para Brasil, atuação das Farc é 'problema regional'". *O Estado de S. Paulo*. 8 de março de 2008.

No Brasil, porém, a situação é mais complicada. Durante muito tempo, procuramos evitar preocupações com as populações indígenas e pensar em um modo de integrá-las à sociedade brasileira. Manteve-se uma política paternalista, semelhante àquela sugerida pelos primórdios da antropologia, isolando o “selvagem” para que este não entrasse em contato com a sociedade “degeneradora”. Este pensamento rousseauiano, visivelmente ultrapassado, não atinge a realidade social e cultural da Região Norte⁷⁵. O mapa da ilustração 4 demonstra a quantidade de grupos isolados que existem e, ao mesmo tempo, um número de grupos recém-contatados.

Ilustração 4



Tendo os erros cometidos do lado brasileiro e os cometidos nos países vizinhos como aprendizado, seria prudente para o País que detém a maior parcela da Amazônia repensar seu modo de lidar com os índios.

Está claro que não adianta isolar as populações indígenas, entregar em suas mãos porções da floresta restritas e abandoná-las à própria sorte. Quando suas reservas são próximas a cidades ou vilas, os problemas são ainda mais visíveis. As populações indígenas acabam sendo marginalizadas, vítimas de alcoolismo e do consumo de drogas. Organizações Não Governamentais (ONG), especialmente as de alcance transnacional (Ongat), exploram sua imagem e suas terras. No final, a cultura acaba por desaparecer em parte ou no todo⁷⁶.

As populações mais afastadas de centros urbanos tornam-se vítimas de traficantes de madeira, garimpeiros, grileiros, missionários com propósitos nada religiosos e ONG/Ongat mal-intencionadas. Não sentem a presença do Estado brasileiro, a tal ponto de nem saberem que são brasileiros⁷⁷. Neste caso citado, conforme narra Amorim, os índios pensavam que eram colombianos, pois, quando necessitavam de algum serviço público, alguma ajuda, procuravam um vilarejo colombiano que estava a cem quilômetros da aldeia, enquanto a cidade brasileira mais próxima estava a 450 quilômetros. Neste exemplo real, felizmente a situação foi revertida graças à presença do Exército, que, devido a um trabalho de aproximação, tornou-

⁷⁵ BRUCE. Terras Indígenas, Política Ambiental e Geopolítica Militar no desenvolvimento da Amazônia: A propósito do caso yanomami. Brasília, Março de 1990, p. 2-4.

⁷⁶ Ibidem. 3-9.

⁷⁷ AMORIM, 28 de setembro de 2005.

se sinônimo de parceria com o Estado brasileiro aos olhos dos índios dessa aldeia.

A problemática que foi demonstrada não é uma questão apenas de soberania brasileira. Também faz parte do problema a situação de abandono em que ficam as comunidades indígenas em território brasileiro: muitas vezes alocadas em reservas que nem sequer são suficientes para garantir a sobrevivência pela caça de forma sustentável, ou o oposto, pequenas populações num território maior que alguns países europeus. Nas duas situações se observa um tratamento inadequado do problema, num contexto que prejudica o Estado e os brasileiros envolvidos⁷⁸. Devido a este abandono, as populações indígenas se tornam alvos fáceis para que garimpeiros e traficantes de madeira, entre outros, as forcem a cooperar com algo que, possivelmente, elas nem sabem que é ilegal, algumas vezes apenas recebendo pequenas quantias pelo uso de suas reservas como base para a execução de atividades ilegais, outras servindo até como funcionários e capangas dos verdadeiros bandidos. Ainda é preciso citar os casos das comunidades indígenas que, ao sofrerem processo de aculturação, passam a obter receita ilícita das reservas em que estão assentadas, terceirizando-as por vontade própria para exploração ilegal. Por fim, existem casos em que as Ongat utilizam essas reservas indígenas para realizar pesquisas científicas e exploração da área para fins comerciais ilegalmente, além de tráfico de animais, plantas silvestres etc.

Exploração para fins científicos

Em todo o mundo a Amazônia é famosa pela sua biodiversidade, pelas suas rique-

zas e também pela sua grandeza. Sem sombra de dúvidas, é um orgulho para todos os países que compõem a região amazônica saber a importância que ela tem para o mundo em vários aspectos.

Há três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo: a Antártica, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de Estados nacionais, entre eles o Brasil. (BECKER. *Geopolítica da Amazônia*. Brasília, Estudos Avançados, 2005)

Porém esses mesmos motivos inspiram cuidados. Como a Amazônia está em meio a Estados soberanos, estes que detêm a soberania precisam garantir que a Amazônia seja preservada e que seus recursos sejam usados de forma sustentável em prol dos seus respectivos interesses nacionais⁷⁹.

Este tópico está localizado dentro deste capítulo, pois é nas reservas indígenas e nas áreas ocupadas por ribeirinhos, longe dos olhos do Estado, que grupos estrangeiros e Organizações Não Governamentais atuam de maneira mais imprópria⁸⁰.

Todavia, na mesma medida que a permissividade em relação às Ongat torna-se possível que cientistas estrangeiros realizassem pesquisas na Amazônia, protegidos pelo descontrolo sobre o trabalho dessas organizações, cientistas brasileiros são praticamente impedidos de realizar pesquisas por precisarem enfrentar a burocracia que faltava ser imposta a essas Ongat. De forma semelhante, organizações puramente criminosas, disfarçadas sobre a égide de Ongat estrangeiras, foram denunciadas du-

⁷⁸ SANTA ROSA apud AMORIM.

⁷⁹ UNGER. Projeto Amazônia: Esboço de uma proposta, p. 3, 4.

⁸⁰ RECH. "Para General, ONGs se dedicam ao tráfico de drogas". Infotel. 9 de maio de 2007.

rante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Organizações Não Governamentais de alcance e origem transnacional no ano de 2005. Soluções foram propostas, tais como um cadastro nacional de Organizações Não Governamentais, com prestação de contas e fiscalização federal. Entretanto, graças a interesses obscuros, os projetos eram esquecidos, e as ditas ONGs continuaram a explorar os recursos científicos da floresta no território brasileiro de forma livre. Apenas em 3 de julho de 2008, por meio da Portaria MJ nº 1.272, foi estabelecido um recadastramento para todas as Organizações Não Governamentais com origem estrangeira com qualquer tipo de representação no Brasil, sob pena de perderem o direito de atuar no País se não apresentassem a documentação necessária para o recadastramento.

Esse tipo de ação contribui para resolver a situação, permitindo que o governo conheça as ONG estrangeiras que atuam em solo nacional. Isoladamente não é a solução para o problema; contudo, acompanhada de ações fiscalizatórias e de controle, essa portaria torna possível que o governo tenha o problema sob controle. Essa situação não só prejudica o Estado, mas, sobretudo, o povo brasileiro, brancos ou índios, em decorrência da retirada de material pertencente ao patrimônio cultural dos índios e de torná-los patrimônios científicos estrangeiros. Consequentemente, é esta mesma parcela de brasileiros que deixa de se beneficiar dos recursos de seu território.

Um dado preocupante proveniente do Ministério da Defesa é o fato de que, das 276 mil ONGs, nacionais e estrangeiras, atu-

antes no Brasil, 100 mil delas estão localizadas na Amazônia brasileira. Sobram 176 mil outras, divididas entre as demais regiões do País, a grande maioria concentrada na Região Sudeste. Enquanto ocorre essa quantidade majoritária de “ajuda” na Região Norte, onde não existe escassez de água ou alimentos, na Região Nordeste acontece o inverso, região esta que possui uma das maiores áreas semiáridas do mundo.

Claramente não está sendo proposta uma expulsão das ONGs da Amazônia, mas é im-

portante que haja fiscalização e controle efetivos e permanentes sobre elas, partindo das informações obtidas com o recadastramento exigido pela portaria do Ministério da Justiça, a respeito das atividades empreendidas por essas organizações. A meu juízo, esse procedimento irá contribuir para a conservação do

patrimônio natural brasileiro, aplicação de regras de comportamento, evitar o desperdício de recursos públicos (haja vista a existência de organizações que operam, também ou até mesmo exclusivamente, por intermédio de recursos do próprio Estado) e, finalmente, promover a proteção da população da região, especialmente as populações indígenas. Na realidade, esse conjunto contribui para a garantia da soberania brasileira na região. O primeiro passo já foi dado. O prazo estabelecido pela portaria foi de 120 dias após a publicação, o que significa que, em 4 de outubro de 2008, o governo passou a ter em suas mãos as informações sobre todas as ONGs estrangeiras legalmente atuantes no Brasil. Em suma, as organizações restantes passaram à ilegalidade, concor-

**Um dado preocupante
proveniente do Ministério
da Defesa é o fato de que,
das 276 mil ONGs,
nacionais e estrangeiras,
atuantes no Brasil, 100 mil
delas estão localizadas na
Amazônia brasileira**

rendo para que o Estado detenha todas as informações necessárias para fiscalizar a atuação das ONGs, algo impossível antes da edição da portaria em questão.

Agosto de 2007

Foi denunciado, pela liderança yanomami em Roraima, um caso de violação do espaço aéreo brasileiro por aeronaves militares venezuelanas, que pousaram em território indígena. A denúncia foi feita por meio de uma carta⁸¹, escrita pelo tesoureiro da Hutakara Associação Yanomami, Dário Vitorio Kopenawa Yanomami. Segundo diz o documento, havia também “não indígenas” testemunhando o evento.

Segundo denúncia dos yanomamis, o governo venezuelano estaria apoiando garimpeiros ilegais em solo brasileiro por meio das suas Forças Armadas. Segundo eles, o Exército Brasileiro teria também testemunhado a violação do espaço aéreo e nada feito ou relatado.⁸²

Não é o primeiro caso de “visitas” venezuelanas desse tipo em Roraima, haja vista a mídia ter documentado o assunto em 2003, comprovando a vulnerabilidade a que estão expostas as populações indígenas nesse nosso modelo de relação com os índios. No caso específico, o Exército estava próximo à pista de pouso utilizada pelo Exército vizinho, porém nada fez para impedir o pouso. A meu juízo, este fato justificaria uma ação soberana de intercepção daquela “delegação”⁸³.

Raposa Serra do Sol

A reserva Raposa Serra do Sol é uma área indígena demarcada pelo Decreto nº 1.775/96,

originalmente contínua e que vem sendo motivo de disputas entre os índios e agricultores.

Desde sua origem, o Incra vem indenizando e assentando os agricultores em outras localidades, porém uma parcela de não indígenas se recusa a sair, por discordar dos valores propostos pela União e/ou alegar que a terra é sua por direito, não aceitando qualquer tipo de oferta do governo brasileiro.

Os indígenas da região não estão apenas no Brasil, o que complica ainda mais a dinâmica das relações na área. A população indígena que ocupa a reserva Raposa Serra do Sol abrange uma parcela do espaço físico do Brasil, da Venezuela e da Guiana, simultaneamente. O problema no caso é de identidade para alguns dos índios. Em algumas áreas da região é comum encontrar indígenas que falam espanhol em território brasileiro.

Voltando à questão da demarcação das terras, existia até recentemente um movimento por parte dos agricultores de que a reserva não deveria ser contínua, para permitir a expansão e manutenção da fronteira agrícola. Porém essa questão só foi levantada por ter havido demora e ausência por parte do Estado brasileiro para resolver a questão.

A questão óbvia não é como deveria ser a demarcação, ou quem estaria certo, os indígenas ou os “brancos”, mas sim a ausência do Estado brasileiro na região para identificar o problema e prontamente solucionar, e fazer isto de uma forma concreta e completa. Órgãos como a Funai e o Exército Brasileiro estão presentes, mas de diversas formas o Estado continua ausente, anulando em parte as ações das partes presentes. Órgãos como o Incra, a Funasa e o MEC têm sua presença muito restrita e por isso são

⁸¹ MOREIRA, Memélia. “Venezuela faz sobrevoos ilegais na Amazônia”. Agência Amazônica. 5 de maio de 2007.

⁸² Ibidem.

⁸³ Ibidem.

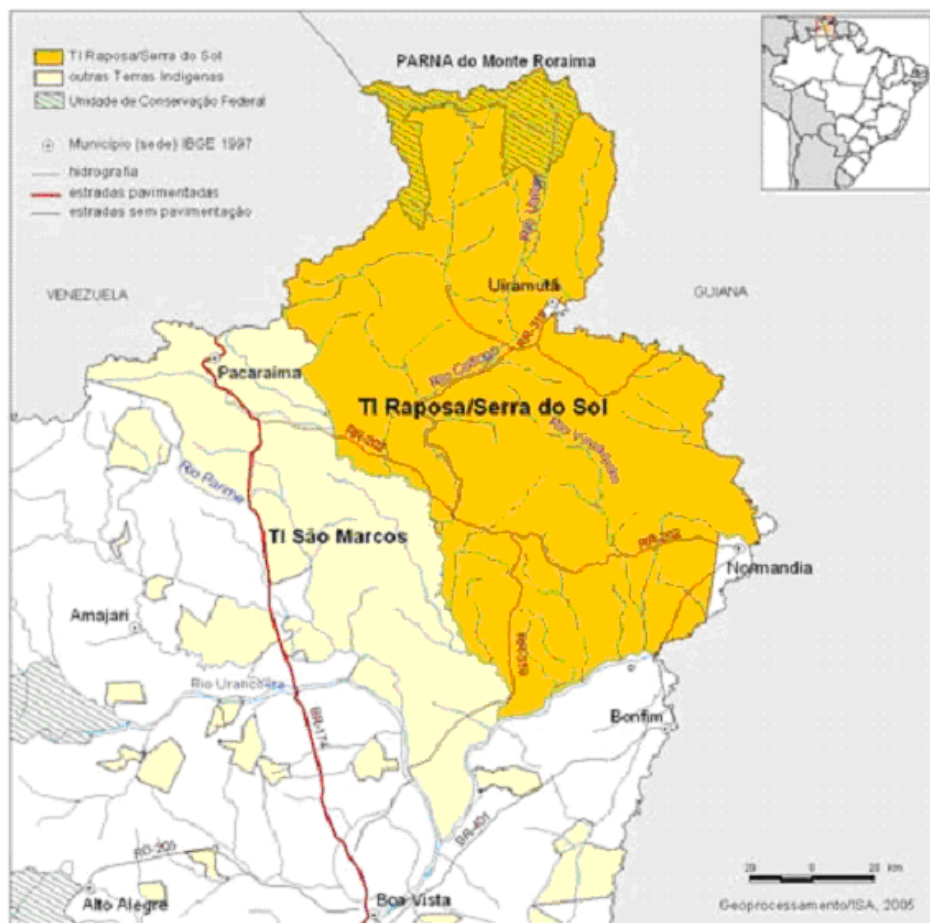
pouco percebidos, já que sua atuação se dá por meio de representações enviadas, o que os faz presentes apenas em parte do tempo, não dando a chance de entender verdadeiramente a situação, mas apenas um quadro em um determinado momento.

Ao menos na questão de demarcação das reservas, o Supremo Tribunal Federal julgou a questão e determinou que a reserva indígena Raposa Serra do Sol deva permanecer com sua demarcação original, como é possível observar na ilustração 5, ocupando os quase 2 milhões de hectares que abrigam aproximadamente 200 mil índios de diversas etnias. A decisão inédita também solucionou questões relativas a outros casos

semelhantes na Bahia, no Distrito Federal, no Pará, na Paraíba e no Rio Grande do Sul. Além da decisão principal, os agricultores não poderão solicitar indenização pelas terras, já que a ocupação foi considerada ilegal, mas há a possibilidade de entrarem com pedidos de indenização pelas benfeitorias realizadas no local.

Ilustração 5

Um problema causado pela ausência do Estado brasileiro foi solucionado na última instância da Justiça nacional, porém corrigir os problemas causados pelas falhas de ação não resolve a questão definitivamente.



REGIÃO AMAZÔNICA VERSUS PROJETO DE INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Os países amazônicos consideram a integração regional uma saída para enfrentar e minimizar efeitos nocivos do processo da globalização, o que fica explícito no Tratado de Cooperação Amazônica⁸⁴ e implícito no número de organizações para integração e cooperação regional visando a diferentes propósitos e naturezas. Este capítulo irá demonstrar principalmente a importância da integração para os países amazônicos e para seus projetos nacionais de cooperação e integração, qual o atual nível de integração e como a região pode se tornar a chave para fortalecer e impulsionar o processo iniciado separadamente pelo Mercosul e pelo Pacto Andino. Na ilustração número 6 observa-se a posição estratégica que a floresta ocupa na América do Sul, situando-se como uma grande área de conexão entre os dois blocos sul-americanos.

Primeiro, nesta introdução, é preciso explicar como se deu o processo de *internacionalização* da floresta amazônica. A princípio houve a divisão realizada pelo Tratado de Tordesilhas. Portugal conseguiu manter sua presença no território amazônico que lhe cabia e aos poucos conseguiu ampliá-la por meio das Missões e Bandeiras⁸⁵. Durante o período da colônia e no período inicial dos Estados do continente, houve um processo de expansão da Amazônia brasileira, culminando com a atual divisão territorial⁸⁶. Essa época foi marcada pelo pensamento de que os recursos naturais, tais como florestas, terras, recursos

hídricos etc., seriam infinitos. Portanto, a Amazônia era uma fronteira sempre possível de ser prolongada. Esse pensamento dependia de um contexto científico e de um contexto econômico. Cientificamente ainda não havia uma visão completa do mundo. Em termos econômicos, estávamos na periferia de um ambiente ainda em exploração. Durante o final do século XX, houve uma mudança no pensamento científico mundial, em que a sociedade internacional passou a se preocupar com o futuro do planeta e com a conservação dos seus recursos naturais⁸⁷.

A partir desse momento, começou a ocorrer uma pressão mundial para a internacionalização da Amazônia. Ela se deu de duas formas: no Brasil, por meio da cooperação internacional para fins científicos, e, nos demais países, predominantemente por intermédio de bases militares, na grande maioria de origem norte-americana⁸⁸.

Porém um movimento contrário começou a surgir no final da década de 1990, em que a soberania dos países sul-americanos, que detinham em seus territórios a floresta amazônica, foi colocada em pauta. A Amazônia deveria ser preservada, mas seus recursos deveriam beneficiar primordialmente os países soberanos sobre a região. Este pensamento nada mais é do que a continuação do processo de transformação da ideia abstrata de riquezas naturais em lucros reais. É o mesmo princípio empregado na revolução industrial que transformou o conjunto terra e trabalho, até então riquezas abstratas, em fontes de riqueza tangível. Esse processo de “soberanização” das riquezas da Amazônia não exclui a coope-

⁸⁴ Tratado de Cooperação Amazônica. OTCA.

⁸⁵ BECKER. Geopolítica da Amazônia. 2005, p. 1.

⁸⁶ Ibidem, p. 2 e 3.

⁸⁷ Ibidem, p. 2 - 6.

⁸⁸ Ibidem. 4 e 7.

ração científica internacional iniciada pelo Brasil, contudo exige que haja regulamentação e fiscalização por parte dos Estados⁸⁹.

Ilustração 6



A partir desse novo contexto, a integração amazônica passou a ser considerada fundamental para a sobrevivência e para o melhor controle e aproveitamento da região. Também houve a necessidade de incluir a mesma região no projeto de integração sul-americana, como forma de impulsionar esta e de fortalecer a Amazônia, tendo por base todos os princípios da integração regional, quais sejam, proximidade geográfica e psicológica,

complementaridade econômica e a necessidade de aumentar o desenvolvimento econômico na região sem prejudicar a floresta. A integração entre os países que compõem a Amazônia é fundamental para que esta se torne economicamente viável e ecologicamente sustentável⁹⁰. Parafraseando o artigo do ministro Roberto Mangabeira Unger, se não for colocado em prática um projeto que torne realidade as duas condições, a Amazônia continuará vivendo a dicotomia de um modelo de desenvolvimento perverso para a floresta e um radicalismo ecológico perverso para o desenvolvimento econômico. Nenhum dos dois serve aos interesses do País ou da região. É preciso preservar a floresta. Para isso é necessário que haja uma forma de torná-la mais lucrativa preservada do que derrubada⁹¹. Por outro lado, urge encontrar alternativas sustentáveis que não bloqueiem o crescimento econômico, o que é possível a partir de um modelo de zoneamento responsável, um projeto sustentável e necessariamente nacional⁹².

Mercosul, Pacto Andino e OTCA

A integração entre os países que compõem a Amazônia é fundamental para que esta se torne economicamente viável e ecologicamente sustentável

R. Mangabeira Unger

Esse novo contexto gerou a necessidade de inserir a Amazônia no projeto de integração sul-americano. A retomada do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e a criação, em 1995, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica vieram

como resposta ao vácuo institucional para a região. Não pretendendo ser substituída

⁸⁹ Ibidem. 7 e 8.

⁹⁰ UNGER. 2008, p. 5.

⁹¹ Ibidem, p. 6 - 8.

⁹² Ibidem, p. 7 - 13.

de nenhum bloco econômico, a OTCA visa a criar políticas comuns de cooperação, dando mais efetividade ao Tratado.

O Mercosul, antes um bloco formado exclusivamente pelos países presentes no extremo sul do continente, está se transformando na solução para a integração sul-americana com a Venezuela. A entrada deste último membro mostra a importância da integração amazônica para o futuro de um bloco político e econômico na América do Sul como uma alternativa viável à Alca e às relações bilaterais com os EUA e a União Europeia.

O próprio Mercosul não é exclusivamente voltado para incentivar o comércio. A integração econômica passa também pela necessidade de compartilhar recursos e evitar futuros conflitos por posse de territórios. Como exemplos concretos, temos o espaço territorial que abriga em seu subsolo o Aquífero Guarani e o espaço líquido fluvial da usina hidrelétrica Itaipu Binacional. Os rios compartilhados da Bacia Amazônica são recursos que não estão concentrados em apenas um país, gerando a necessidade de entendimento pacífico entre os Estados partes do TCA.

Portanto, a integração por meio da OTCA poderá ser um passo para que, futuramente, os atuais membros do Pacto Andino se unam aos demais países, constituindo um bloco sul-americano único. Mesmo não compondo um bloco único, servirá como elo entre os atuais blocos, suprimindo, assim, parte das necessidades de também existir uma integração econômica simultaneamente com a cooperação em outras áreas.

O Pacto Andino, após a saída da Venezuela, não terá um futuro isoladamente, haja vista que Colômbia, Bolívia, Equador e Peru não significam grandes economias a ponto de justificar manter o bloco ativo, mas isolado. Além disso, discordâncias ideológicas

entre os governos alinhados ao atual governo venezuelano e a Colômbia indicam que, pelo menos neste período atual, o bloco não deverá evoluir em nenhum ponto significativo.

Unasul e OTCA

A União de Nações Sul-Americanas (Unasul), um bloco político sul-americano, assim como o Mercosul, não está em contraponto à lógica da OTCA. Porém ainda está sendo definida sua estrutura como um ente nas relações políticas internacionais. Dois órgãos, além do Conselho de Chefes de Governo, já foram pensados para o bloco, quais sejam o Conselho Sul-Americano de Defesa e o Conselho Sul-Americano de Saúde. Segundo informações dadas à imprensa em 16 de dezembro de 2008 pelo ministro Celso Amorim⁹³, ambos teriam a mesma concepção, porém apenas o primeiro está em fase de implementação.

A proposta para a criação da Unasul veio após a crise entre Colômbia e Equador, a qual levou muitos a pensar que evoluiria para um conflito armado em face dos “incentivos” decorrentes dos discursos promovidos pelo Presidente venezuelano. Entendo que não seria preciso criar um novo organismo para segurança regional. Os órgãos já existentes, como a OTCA, poderiam, a meu ver, ocupar a função de moderadores na região amazônica, porém a ideia de um único organismo que fizesse isso na América do Sul sem a intervenção da OEA ou da ONU, organismos que também possuem competência jurídica para tal, tornou-se imediatamente mais aceita. O que na verdade acaba por ser mais sensato, já que esta questão seria facilmente “coberta” pela OTCA, porém num hipotético conflito entre Peru e Chile, por exemplo, estaria fora da alçada de todos os organismos já existentes.

⁹³ RIBEIRO. G1. “Unasul aprova criação de Conselho Sul-Americano de Defesa”. 16 de dezembro de 2008.

CRISES REGIONAIS

Recentemente, duas crises causaram repercussão em toda a América Latina, em especial no Brasil, por envolver empresas de origem brasileira em questões polêmicas internacionais. Não entrando no mérito desses problemas, apenas fazendo uma análise de dados divulgados na mídia, qual será a repercussão dessas crises para a integração regional e para a relação desses países em relação aos vizinhos?

Caso Petrobras na Bolívia

Um dos casos mais veiculados na mídia recentemente foi o da nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, por meio de plebiscito, com a posterior expulsão das empresas que exploravam os recursos em solo boliviano. O caso mais controvertido foi o da Petrobras-Bolívia, que contou até com a presença do Exército boliviano na porta da refinaria da empresa mantida naquele país⁹⁴.

Independentemente de erros estratégicos da administração da empresa de escolher aquele momento para investir no país que, de longe, não era o mais seguro, haja vista o referendo realizado anteriormente dando ao governo o poder de nacionalizar a exploração dos hidrocarbonetos, e de erros do governo boliviano na forma desse processo de nacionalização, sem que houvesse diálogos e negociação, o evento foi ruim para a imagem da Bolívia e péssimo estrategicamente perante a situação energética do Brasil, que se viu à mercê do Estado vizinho na questão energética, tendo que evitar uma crise futura no fornecimento de gás, especi-

almente em relação às indústrias que converteram sua planta para o gás natural.

O governo boliviano, por outro lado, encontra-se numa situação difícil, pois, apesar de ter cumprido com o determinado pelo referendo nacional, o país não tem recursos suficientes para aumentar a exploração de petróleo e gás, gerando um impacto nocivo para o continente, qual seja, uma insuficiência de gás em relação à demanda continental. Como a Bolívia já possuía contratos firmados com o Brasil, além de evitar mais danos ao “gigante” vizinho, as necessidades⁹⁵ estratégicas energéticas da Argentina não puderam ser atendidas num momento de crise no fornecimento de energia nacional.

Ações impensadas como esta dificultam qualquer tipo de relação entre países em qualquer parte do mundo. Na América do Sul certamente não seria diferente. Entretanto, aqui, graças à habilidade do corpo diplomático brasileiro, houve uma intervenção proativa para reduzir os efeitos maléficos dessa crise. Também ocorreu uma atuação pessoal do Presidente Lula, conduzida esta denominada de “diplomacia presidencial⁹⁶”, que foi criticada por muitos, mas que conseguiu manter as relações em um estado de cordialidade, em prol das prioridades estratégicas da região.

Caso Odebrecht no Equador

Vencedora de uma licitação no Equador, a empresa brasileira experiente em negócios internacionais deste tipo construiu uma usina hidrelétrica subterrânea em território equatoriano. O financiamento foi feito pelo Banco Nacional para o Desenvolvimento

⁹⁴ *Folha de São Paulo*. 1º de maio de 2006.

⁹⁵ FIORI. “Lula, Cristina Kirchner e Hugo Chávez discutem crise energética na Argentina”. Agência Brasil.

⁹⁶ SOARES. “Órgãos dos estados nas relações internacionais: formas da diplomacia e as imunidades”.

Econômico e Social (BNDES), em uma de suas primeiras atuações no exterior à Construtora Norberto Odebrecht S.A. (Odebrecht), em nome do governo daquele país.

Após a conclusão da obra, a hidrelétrica apresentou defeitos sérios, incompatíveis com os padrões contratados pelo governo equatoriano à empresa brasileira. Após algumas trocas de acusações de ambos os lados, o Equador expulsou a Odebrecht do seu país, alegando a má concepção da obra e desvio dos recursos investidos⁹⁷.

Dizendo não ser responsável pelo pagamento da dívida ao BNDES, o Presidente Rafael Correa anunciou em discurso que não iria pagá-la, sendo esta de responsabilidade da Odebrecht, afirmando que a empresa teria recebido o financiamento e realizado a obra, sendo remunerada por isto.

O governo equatoriano manifestou-se publicamente, pedindo que a questão da Odebrecht não prejudicasse as relações diplomáticas entre os dois países, considerando que, segundo Correa, “não houve problema entre os dois governos. A atitude do Equador tinha sido única e exclusivamente contra a empresa brasileira”. Esta declaração do Presidente Rafael Correa foi feita após a suspensão de uma missão brasileira ao Equador.

De acordo com Celso Amorim, esse fato foge da rotina diplomática, ou seja, não é um simples caso rotineiro, mas uma crise que tem que ser acompanhada de perto pelo

governo brasileiro. Nosso chanceler defende que “o governo equatoriano necessita demonstrar todo seu interesse de manter boas relações políticas com o Brasil”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia é uma parte fundamental da América do Sul devido à sua importância ambiental e seu potencial econômico, político, científico e estrutural (especialmente potencial energético). Isso atrai inegável interesse por parte de outros Estados não pertencentes à região.

Há uma estratégia internacional tácita, de longo prazo e por meio de ações sucessivas, para impor a soberania compartilhada na Amazônia, que se intensificou no início dos anos 90, por pressões em todos os campos do poder. Segue um princípio de Sun Tzu que diz ser “a glória suprema vencer o inimigo sem lutar”. Al-

Alguém duvida que, assim como os recursos e a posição geoestratégica do Oriente Médio, da Ásia Central e dos Bálcãs atraem as grandes potências, a Amazônia não esteja sendo alvo da projeção de poder daquelas nações?

guém duvida que, assim como os recursos e a posição geoestratégica do Oriente Médio, da Ásia Central e dos Bálcãs atraem as grandes potências, a Amazônia não esteja sendo alvo da projeção de poder daquelas nações?

A Nação não se pode iludir e crer que, ante essa ameaça, baste o simples aumento do poder militar. **Só a ocupação racional com preservação, o desenvolvimento sustentável, a integração do indígena e a integração da região ao**

⁹⁷ O Estado de S. Paulo. 9 de outubro de 2008.

País neutralizarão tal ameaça, e isso não depende apenas do poder militar.

(PAIVA. “Política, Estratégia e Coerência”. *O Estado de S. Paulo*. 6 de fevereiro de 2009)

Além dessas ameaças externas, existem os vários problemas internos sempre recorrentes, como atos radicais de terror, os crimes transnacionais e as questões de cunho político-estratégicas e socioeconômicas relacionadas aos povos ribeirinhos e indígenas. Aplicando o que foi analisado durante esta monografia numa análise SWOT⁹⁸, os interesses externos sobre a região amazônica são considerados *ameaças*, e os problemas internos, *fraquezas*. Em contrapartida, são considerados como *fatores de força* o potencial econômico, a capacidade de integração regional que a Amazônia possui e o valor ambiental da região. A junção dessas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças demonstram o quanto os países detentores de soberania sobre a região precisam aperfeiçoar seu controle interno e aumentar a capacidade de defesa dos seus respectivos territórios na Amazônia.

É primordial para nós, cidadãos de “Estados amazônicos”, nos preocuparmos com a manutenção da floresta, contribuindo para que ela seja ecológica e ambientalmente preservada, e, em especial, promover uma política sociocultural integrada perante os nativos e/ou imigrantes fixados na Amazônia (indígenas ou brancos), para que tenham as garantias fundamentais igualmente concedidas aos demais cidadãos desses mesmos Estados. Porém, ao mesmo tempo, não podemos acreditar no discurso inflamado de militantes ambientalistas radicais, independentemente dos seus argumentos, haja

vista não proporem nada que seja sustentável e benéfico aos interesses dos Estados em questão, e muito menos ceder aos interesses dos “progressistas” sem nos preocupar com o futuro harmônico da floresta. Para sua consecução, é preciso que a floresta amazônica se torne mais “lucrativa” em pé, por meio do estabelecimento de um modelo de desenvolvimento eficaz sob o ponto de vista econômico-social e sustentável ecológica e ambientalmente. Nas palavras do ministro Mangabeira Unger, “é a chance de corrigirmos os erros do modelo aplicado na industrialização paulista”. E afirmo que também é a chance de corrigirmos o modelo agrícola de monocultura instalado no restante do País.

É possível existirem atividades industriais e de agronegócios na Amazônia sem que haja derrubada de mais árvores no território já desmatado e na chamada “Amazônia urbana”⁹⁹. Na área em que existe floresta ainda em pé, torná-la rentável por meio de um estudo de vocações regionais é exequível, desde que sejam criados pequenos eixos produtivos sustentáveis baseados no extrativismo, na produção manufatureira e na exploração de ecoturismo¹⁰⁰, modelo este denominado “zoneamento econômico e ecológico”. Esta proposta só é viável se houver um comprometimento do Estado e da sociedade civil dos países envolvidos. No caso dos cidadãos das demais regiões não entenderem a importância de investimentos concretos e permanentes, dentro de uma política comum de longo prazo na Amazônia, será insustentável para qualquer governo manter as ações e os investimentos necessários¹⁰¹.

No campo da Defesa, qualquer análise passa pela questão central de proteger a

⁹⁸ Sigla em inglês para o conjunto Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, muito comum em análise estratégica na fase de planejamento.

⁹⁹ UNGER, p. 5, 6.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 6, 7.

¹⁰¹ Ibidem, p. 4, 5.

Amazônia, mas, como já foi exposto, também é uma ferramenta oportuna para o incentivo ao desenvolvimento econômico em sintonia com a PND, particularmente no incentivo à indústria bélica militar. A tecnologia desenvolvida irá beneficiar diretamente a economia brasileira, além de contribuir para otimizar a atuação das Forças Armadas nos Estados amazônicos, desde que continuem sendo aplicados os planos de cooperação técnico-científicos e que haja avanço significativo no campo da cooperação militar dentro da OTCA.

Os blocos políticos e econômicos do continente sul-americano, o Mercosul e o Pacto Andino, unidos por meio da OTCA, têm papel fundamental para a solução de problemas de fronteira, tais como acessos e compartilhamento urbano, e na integração da região aos eixos nacionais de economia, fortalecendo os próprios laços de integração entre os Estados da América do Sul.

Entretanto, todos esses fatores econômicos, políticos e sociais são complementares para fazer da Amazônia uma região dinâmica e sustentável e, portanto, para que ela deixe de estar à periferia do alcance do Estado. Assim, facilitará e viabilizará a atuação das Forças Armadas para a defesa dos territórios.

Visando a minimizar o problema dos crimes transnacionais, deve-se ampliar a iniciativa bilateral de Brasil e Colômbia em que flexibilizaram a atuação de aeronaves que estejam em perseguição a criminosos transfronteiriços, por 50 quilômetros. Medidas como essas dificultam a fuga de organizações criminosas e evitam a repetição de crises entre Estados vizinhos, como no caso Colômbia e Equador, citado ao longo do texto.

Especificamente falando da corrida armamentista entre Brasil e Venezuela, para diminuir a desconfiança entre ambos é pre-

ciso que haja um esforço bilateral para promover cooperação técnica, científica e militar. Fazendo isso, haverá aperfeiçoamento das técnicas e aceleração científico e, por meio de ações conjuntas, haverá também um crescimento da confiança mútua. Especialmente porque governos são passageiros, mas as relações entre Estados vizinhos podem ser comprometidas se questões passageiras receberem mais importância do que realmente deveriam.

Proponho também a aplicação dos Polos de Produção por vocação regional, medida bem-sucedida em outras regiões do Brasil e que na Amazônia irá criar alternativas de renda para as populações ribeirinhas e até mesmo indígenas. Além disso, melhorará a qualidade de vida dessas populações e, conseqüentemente, evitará que haja a exploração inadequada dos recursos amazônicos.

As áreas já desmatadas da floresta, onde existem fazendas de gado, de arroz e, muitas vezes, simplesmente clareiras vazias, são interessantes para implantação de projeto de agricultura familiar, voltada para policultura de produtos que não estejam em desacordo com a floresta ao redor. Fazendas de gado, juntamente com a indústria madeireira, são diretamente os maiores inimigos da floresta amazônica, devido ao tamanho das áreas desmatadas por estas atividades.

Em relação às Ongat na Amazônia, a solução já foi iniciada no Brasil. Cabe ao governo brasileiro agora fiscalizar e regular a atuação dessas organizações, que podem em muito contribuir para a região, desde que atuem estritamente naquilo a que se propuseram quando foram aceitas. Havendo fiscalização, regulação e parceria de fato com o Estado, não há problema.

Por fim, no tocante ao tema, verifica-se que há uma necessidade de retomá-lo no contexto de graduação de Relações Internacionais, para que os problemas relacio-

nados às relações estratégicas da região amazônica sejam novamente avaliados e, assim, outras soluções sejam propostas e discutidas.

Não é necessário frisar o quanto os Estudos Estratégicos podem ser pertinentes à formação de um internacionalista. Contudo, é importante afirmar sua adequabilidade ao

Curso, devendo ser objeto de mais estudo durante a graduação em Relações Internacionais com o objetivo de melhor capacitar os futuros profissionais da área a analisar contextos geopolíticos internacionais, uma característica fundamental para quem irá trabalhar como analista de Relações Internacionais e nas carreiras do primeiro setor.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREAS>; Amazônia; Estratégia; Política Internacional; Venezuela; Colômbia; Equador; Peru; Forças Armadas;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Os interessados em conhecer a extensa relação de obras consultadas para a elaboração desta monografia poderão se dirigir ao autor na Faculdade Integrada do Recife:

Monografia Gustavo (FIR-2009).doc.